

Processo n.º 1234/2026

Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Autor/Requerente: Maria da Conceição Silva, NIF 212 345 678, residente em Rua das Flores, 45, 1200-123 Lisboa.

Réu/Requerido: José António Pereira, NIF 345 678 912, residente em Avenida do Douro, 12, 4000-200 Porto.

Mandatários:

- Dr. Ana Sofia Martins – OAB/Lisboa 12345, escritório em Rua da Prata, 8, 1150-020 Lisboa.
- Dr. Luís Fernando Carvalho – OAB/Porto 67890, escritório em Rua de Santa Catarina, 30, 4000-452 Porto.

Juiz de Direito: Dr. Pedro Miguel Almeida

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

DESPACHO DE REVISÃO DO REGIME DE VISITAS

Vistos os autos,

Considerando que:

1. **Foi apresentada** a ação de modificação da regulação das responsabilidades parentais (processo n.º 1234/2026) pela Sra. Maria da Conceição Silva, com fundamento na mudança unilateral de residência do pai, no incumprimento do regime de visitas anteriormente fixado e nas alegações de instabilidade emocional da menor Ana Sofia Pereira, de 8 anos;
2. **O pedido principal** consiste na fixação de novo regime de guarda e visitas supervisionadas, nos termos do melhor interesse da menor, nos artigos 190.º e seguintes do Código de Processo Civil (CPC) e na Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Regime Jurídico da Proteção de Crianças e Jovens em Risco);
3. **A parte requerida** foi regularmente citada e intimada, tendo apresentado contestação em 10 de fevereiro de 2026, na qual nega a necessidade de alteração do regime e alega que a mudança de residência não prejudica o convívio com a filha;
4. **O relatório do Serviço de Proteção de Crianças e Jovens (SPCJ)**, juntado aos autos em 15 de fevereiro de 2026, indica a necessidade de avaliação psicossocial da menor e recomenda a instauração de procedimento de revisão do regime de visitas, com eventual supervisão das mesmas;
5. **O artigo 184.º do CPC** permite a instauração de procedimento de revisão de medidas de natureza familiar quando surgirem factos novos ou modificarem-se as circunstâncias fáticas que fundamentaram a decisão anterior;
6. **É imprescindível garantir o contraditório e a ampla defesa**, bem como a celeridade necessária à proteção dos direitos da criança.

Decido:

1. **Instaurar procedimento de revisão do regime de visitas** previsto no artigo 184.º do CPC, nos termos do relatório do SPCJ, com a finalidade de reavaliar a adequação do atual regime de visitas e, se necessário, fixar visitas supervisionadas;
2. **Fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis** a contar da notificação deste despacho para que ambas as partes apresentem, em forma escrita, as suas **observações, documentos complementares e eventual proposta de novo regime de visitas**;
3. **Intimar a Sra. Maria da Conceição Silva e o Sr. José António Pereira**, bem como os seus mandatários, para que, no prazo acima indicado, apresentem:

- (a) **Propostas detalhadas** de novo regime de visitas, indicando frequência, duração, local e, se for o caso, o nome da entidade ou pessoa que possa exercer a supervisão;
 - (b) **Relatórios ou pareceres de profissionais** (psicólogos, assistentes sociais, médicos) que atestem a situação emocional e psicológica da menor;
 - (c) **Comprovativo de residência** atualizado de ambas as partes, para verificação da alegada mudança de domicílio do pai;
 - (d) **Qualquer outro elemento de prova** que considerem relevante para a decisão sobre o melhor interesse da menor.
4. **Nomear, de ofício, a Assistente Social da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Área da Família de Lisboa**, Dr.^a Cláudia Ribeiro, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação das observações, elabore um **relatório de avaliação psicossocial** da menor Ana Sofia Pereira, incluindo a análise do impacto da mudança de residência e das condições de visitação;
 5. **Determinar que, caso as partes não apresentem proposta de visitas supervisionadas** ou não concordem sobre o novo regime, seja marcada audiência de conciliação a realizar-se no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a ser notificada em separado, nos termos do artigo 726.º do CPC;
 6. **Advertir as partes** de que o incumprimento das obrigações processuais aqui fixadas poderá conduzir à aplicação de **coercões** previstas nos artigos 560.º e seguintes do CPC, bem como à **revisão de medidas de proteção** caso se verifique risco para a menor;
 7. **Intimar** o Ministério Público, nos termos do artigo 28.º da Lei n.º 7/2009, para que acompanhe o presente procedimento, em especial a proteção dos interesses da menor;
 8. **Arquivar**, provisoriamente, os autos principais até à conclusão do presente procedimento de revisão, mantendo-se a guarda provisória atualmente atribuída à Sra. Maria da Conceição Silva, nos termos do artigo 191.º, n.º 2, do CPC.

Notifique e intime.

Assinado

Dr. Pedro Miguel Almeida

Juiz de Direito da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Documento emitido eletronicamente, com validade jurídica plena nos termos do Decreto-Lei n.º 2/2015, de 9 de janeiro, e da Lei n.º 12/2019, de 16 de setembro, sobre a assinatura eletrónica de documentos judiciais.